

Nabor condena idéia de alterar representação

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) condenou sexta-feira a tentativa de redução do número mínimo de deputados federais, dos oito atuais para quatro, conforme proposta de emenda constitucional aprovada esta semana pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A proposta do deputado José Genoíno, na opinião do senador, dará hegemonia política aos estados do Sudeste.

Nabor também protestou contra outra emenda constitucional aprovada naquela comissão que estabelece o princípio eleitoral do voto distrital misto. A combinação das duas propostas resulta em privilégio na representação política dos grandes estados, segundo ele.

A principal crítica ao número mínimo de oito deputados é a de que o voto do eleitor acreano, por exemplo, vale 35 vezes mais que o de um eleitor paulista, disse o senador. No entanto, frisou, omite-se que as dificuldades para somar 30 mil votos nos estados da região amazônica e 400 mil nos estados do Sudeste e do Sul são iguais, dada a extrema dispersão do eleitorado nas regiões Norte e Nordeste.

Quanto ao princípio do voto distrital misto, Nabor Júnior acentuou que ele é inadequado para os estados cujo eleitorado é menor e disperso.



Nabor Júnior



Sob o olhar de Arruda, Kandir entrega a Sarney a proposta orçamentária para 1997

Acordo prevê Orçamento realista e sem cortes em 97

Congresso vai apreciar proposta até o fim do ano. Governo, em contrapartida, promete não contingenciar o que for aprovado

Violência institucionalizada no País preocupa Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) denunciou sexta-feira a violência institucionalizada na sociedade brasileira, lembrando que o tema é o mais debatido no Senado, mesmo sendo imperceptível quando são discutidos assuntos como dívida pública, aposentadorias e dívida externa.

No seu entender, essa violência institucionalizada "transforma o próximo - a nossa parte social - em um adversário, um suspeito, porque nossa consciência social dessa violência foi amortecida pela rotina".

- Falamos de violência quando tratamos da distribuição de renda, em que 10% se apropriam de 60% da ren-

da nacional; quando falamos dos 30 milhões de brasileiros analfabetos e dos mais de 11 milhões sem direito às mínimas condições de moradia.

Lauro disse que o Senado trata de violência quando alude às 500 mil crianças de 10 a 15 anos que são prostituídas no Brasil e usadas como atrativo para o turismo sexual. Ele destacou também a violência do desemprego no País.

O senador entende que é em consequência de um processo histórico que se criou no País uma economia subterrânea, onde as drogas, o terror, a prostituição e a violência gratuita constituem um preocupante "canteiro de obras".



Lauro Campos

Fogaça apóia exportações sem o ICMS

Página 4

O Congresso pretende apreciar e aprovar o Orçamento até o final deste ano, evitando ao máximo as emendas individuais. O governo, em contrapartida, comprometeu-se a executar a lei orçamentária de 1997 na forma como for aprovada. O entendimento foi anunciado sexta-feira pelo presidente do Congresso, José Sarney, ao receber das mãos do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, a proposta para o próximo ano.

Ao discursar no plenário, o líder do governo, José Roberto Arruda, frisou que o presidente Fernando Henrique Cardoso deseja que o novo Orçamento seja efetivamente cumprido, sem cortes nem contingenciamentos. O tema foi abordado também pelos senadores José Fogaça, Edison Lobão, Bernardo Cabral e Waldeck Ornelas. **Pág. 3**

Cabral quer a Amazônia sob controle

Senador sugere operação conjunta do Exército, Polícia Federal e órgãos de fiscalização para o desmonte do tráfico de drogas e da ação ilegal de madeiras asiáticas na região



Waldeck Ornelas

Waldeck busca maior intercâmbio com os japoneses

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) sugeriu sexta-feira que os poderes Executivo e Legislativo, juntamente com os meios empresarial e cultural, e a participação destacada do Itamaraty, organizem um comitê executivo destinado a promover a amizade e a cooperação entre os povos do Brasil e do Japão para, depois, estabelecer mecanismos de ação política, promoção econômica e difusão cultural e turística.

Ele destacou que, atualmente, os descendentes japoneses somam 1,5 milhão de brasileiros, e que há 170 mil *dekasseguis* - brasileiros descendentes de japoneses que vivem no Japão.

Ornelas lembrou que o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu, nos últimos dez anos, de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 6,4 bilhões. Ele registrou que no momento estão em estudo 70 projetos por empresas japonesas no Brasil e comentou a expectativa de uma visita do Imperador Aikyto no próximo ano.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugeriu na sexta-feira o aval do Congresso para que as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ibama desencadeiem uma operação de controle das rotas terrestres e fluviais do tráfico internacional de drogas na Amazônia.

Cabral afirmou que os críticos do Projeto Calha Norte tinham o objetivo de impedir o combate ao narcotráfico e ao contrabando na região amazônica. Segundo ele, a depredação da floresta naquela região começa a ecoar no País inteiro e, se não houver uma ação imediata do governo, pode acontecer o que houve nas florestas asiáticas.

Ele informou que a Polícia Federal tem atualmente apenas

105 homens do efetivo básico que deveria manter na região. O Ibama conta com 160 agentes para cuidar de 1,5 mil quilômetros quadrados, e, apesar da participação de 1.000 homens do Exército, o número não é suficiente para fiscalizar toda a fronteira, acentuou.

Cabral destacou reportagem da revista *Manchete*, sob o título "Vende-se Floresta", na qual a publicação denuncia que o Amazonas está sendo saqueado pela máfia das madeiras, especialmente asiáticas. Ainda de acordo com as informações, há trabalhadores em regime de escravidão e ameaças de morte porque, conforme a revista, "quem mexeu nesse vespeiro amazônico" provocou a ira do cartel da madeira.



Bernardo Cabral



Sebastião Rocha

Para Rocha, o Amapá foi discriminado

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou sexta-feira contra a exclusão do Amapá do Plano de Metas do governo. "Estamos isolados do resto do País", afirmou.

Segundo o senador, pelo menos o projeto Ponteão Tucuruí, na margem esquerda do Amazonas, e a rodovia BR-156, que liga o Brasil à Guiana Francesa, deveriam ter sido contemplados no plano.

Sebastião Rocha também abordou a situação salarial dos servidores federais, afirmando que "não é mais possível aceitar que o governo federal (o Ministério da Administração) faça vistas grossas e não admita a necessidade de conceder um reajuste ou, pelo menos, a reposição das perdas salariais que os servidores reivindicam desde o começo do ano.

Amorim pede compensação pelo efeito do pacote ecológico

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) afirmou sexta-feira que o governo deve adotar providências para o desenvolvimento da Amazônia, se quiser que a medida provisória que reduziu para 20% as áreas passíveis de exploração "tenha o acatamento dos brasileiros" da região.

Entre essas providências "compensatórias", o senador citou programas de financiamento, com taxas de juros que estimulem a tomada de empréstimos para o aproveitamento integral da exploração florestal da região, através da implantação de pólos moveleiros, e para a utiliza-

ção das áreas encapoeiradas que, a seu ver, poderiam ser incorporadas à produção, sem novos desmatamentos.

Sugeriu, ainda, o fortalecimento das instituições federais que atuam na Amazônia e programas de infraestrutura física e social.

Segundo Amorim, a medida provisória é uma "camisa-de-força", pois impede que as pessoas trabalhem na região. "O governo não procurou viabilizar meios para a ocupação e o trabalho de pessoas que vivem do desmatamento. Não colocou à disposição da região condições para que a população sobrevivesse", frisou.



Ernandes Amorim

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h30 - Abertura do Seminário Internacional sobre Finanças Públicas

11h - Despachos internos

14h30 - Preside Sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Voto de pesar pela morte da atriz Dulcina

Em nome da bancada do Distrito Federal na Casa, o senador José Roberto Arruda (PSDB) comunicou que ele e os senadores Valmir Campelo (PTB) e Lauro Campos (PT) apresentaram requerimento à Mesa Diretora solicitando voto de pesar do Senado pelo falecimento da atriz Dulcina de Moraes.

Acordo altera apreciação e execução do Orçamento

Congresso deve votar proposta até o final do ano. Governo, em contrapartida, promete executar o que for aprovado, sem cortes

Ao receber sexta-feira das mãos do ministro do Planejamento, Antonio Kandir, a proposta orçamentária da União para 97, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou a conclusão de um entendimento com o governo em torno de dois compromissos que considerou importantes para dar à execução do Orçamento o realismo e a credibilidade que havia perdido com a escalada inflacionária.

Segundo ele, o Congresso

Ministro do Planejamento traz o projeto ao Congresso

pretende apreciar e aprovar a lei de Orçamento até o final deste ano, promovendo audiências públicas nos estados e evitando ao máximo as emendas individuais. O governo, por sua vez, comprometeu-se a executar o Orçamento tal como for aprovado pelo Legislativo, sem cortes ou contingenciamentos.

De acordo com o ministro do Planejamento, a proposta orçamentária para 97 prevê um superávit primário superior aos de 95 e 96, tendo sido fixado em

0,80% do Produto Interno Bruto. Kandir anunciou um total de R\$ 22 bilhões para investimentos e garantiu que o Orçamento do próximo ano será "realista" e instrumento para promover um maior crescimento econômico sustentado.

Ao lado do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, o senador Sarney destacou o esforço do Legislativo para aprimorar a qualidade do trabalho da Comissão Mista de Orçamento.

Sarney garantiu a Kandir que o Congresso cumprirá suas obrigações constitucionais em relação ao Orçamento.

"Uma nova cultura predomina no Legislativo"

Uma nova cultura começa a predominar no Congresso, permitindo ao País ter um Orçamento realista, votado dentro do prazo e da obrigação parlamentar para com o povo. O ponto de vista foi exposto em plenário pelo senador José Sarney, ao comunicar o recebimento da proposta para 1997.

Sarney elogiou a colaboração do senador José Fogaça (PMDB-RS) na reestruturação

da Comissão Mista de Orçamento. Fogaça, por sua vez, registrou que o mérito dessa realidade orçamentária é sobretudo do presidente do Senado, que, assinalou, trabalhou tenazmente para mudar a forma como o Legislativo tratava o Orçamento.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou o tempo em que a lei orçamentária era "negligenciada" pelo Executivo e

pelo Legislativo, quando o exame do Congresso sobre a matéria passava, "ilegal e inconstitucionalmente", de um ano para outro. "Essa prática deletéria foi interrompida", frisou Lobão.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Waldeck Ornelas (PFL-BA) também louvaram os novos tempos vividos pelo Legislativo e pelo Executivo no exame da lei orçamentária.



José Roberto Arruda

Líder crê em desenvolvimento sustentável

O Orçamento Geral da União para 1997 aponta para uma nova fase do plano de estabilização, o da indução de um desenvolvimento sustentável, afirmou sexta-feira o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Elaborado após o processo de planejamento que culminou com o Plano de Metas, o Orçamento prevê um aumento real de investimentos da ordem de 6%, disse.

O senador destacou também que "o presidente Fernando Henrique Cardoso deseja que esta proposta seja efetivamente cumprida, sem cortes nem contingenciamentos".

O Executivo cumpriu o prazo de entrega da peça orçamentária ao Congresso Nacional, frisou, o que permitirá a discussão aprofundada e a votação do Orçamento pelo plenário do Congresso até o dia 31 de dezembro, como prevê a Constituição. Esta é a disposição do deputado Sarney Filho, presidente da Comissão Mista do Orçamento, e do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da matéria, afirmou Arruda.

Na opinião do líder do governo, tudo isso demonstra um contínuo e rápido amadurecimento político do País, que passa a ter não mais uma ficção, mas uma peça orçamentária realista, "que sinaliza não só para a contenção dos gastos públicos, mas também para um aumento real dos investimentos".

Odacir prevê superação de carências de energia com novo projeto de gás natural

O senador Odacir Soares (PFL-RO) previu a superação das carências de energia da região Norte com o projeto "Gás Natural de Uruçu". Odacir citou dados fornecidos pela Eletronorte informando que a geração de eletricidade com o aproveitamento de gás natural garante atendimento à demanda de 1996 até o ano 2010, ao contrário das hidrelétricas, que projetam

esse atendimento somente até o ano 2004.

Ele disse ainda que, ao lado dos recursos destinados ao gás natural, contidos no plano de metas "Brasil em Ação", o governo pretende pavimentar a BR-174 e implantar a Hidrovia da Madeira, além de realizar outras obras na Amazônia.



Odacir Soares

"Para que tal esperança não se converta em frustração, disponho-me a exercer ao lado da bancada do Norte e do Centro-Oeste, uma vigilância constante sobre o

Executivo, estimulando-o a levar a cabo os empreendimentos anunciados no plano", acrescentou.

Estados não perdem com estímulo às exportações, garante Fogaça

Para senador, é preciso levar em conta aumento da produção, com geração de empregos e crescimento da receita tributária

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou "aparente" a perda que os estados e municípios terão - de aproximadamente R\$ 4 bilhões no próximo ano - em decorrência do projeto de iniciativa do governo que isenta de ICMS os produtos semi-elaborados destinados a exportação. Ele previu que essa perda será compensada pelo estímulo a uma maior



José Fogaça

produção, com reflexos na geração de empregos e de impostos.

Além disso, a proposta estabelece uma forma de compensação baseada no desempenho das exportações de cada estado. Deste modo, São Paulo receberá, entre 1996 e 1997, R\$ 985 milhões; Minas Gerais, R\$ 432 milhões; Paraná, R\$ 352 milhões; Rio Grande do Sul, R\$ 312 mi-

lhões, e o Rio de Janeiro, R\$ 291 milhões.

Conforme o senador, a defasagem cambial, de 18 a 25% do real em relação ao dólar, será superada através dos incentivos ao crescimento das exportações.

O senador considera que a isenção do ICMS para produtos de exportação significa "uma verdadeira revolução dentro dos padrões cambiais da social democracia, que vinham sendo praticados há pelo menos 50 anos".



Valmir Campelo

Valmir sugere piso salarial de R\$ 1.500 para os professores

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou sexta-feira que "uma proposta decente de piso salarial para professores da rede pública não pode ser inferior a R\$ 1.500,00". Segundo o senador, "além do grande alarde em torno da possibilidade de melhoria dos salários dos professores, que poderiam vir a ter um salário médio de R\$ 300,00, providências como essa apenas empurram o problema da baixa remuneração dos professores para o futuro".

Para Valmir Campelo, reverter o atual quadro do ensino brasileiro vai além das iniciativas de se criarem campanhas específicas ou fundos de efeitos paliativos e alcance limitado. No seu entender, é preciso, antes de mais nada, pensar com grandeza e ter a necessária coragem de buscar soluções definitivas.

Votação do projeto está prevista para a sessão do dia 11

O Senado deverá votar no próximo dia 11 o projeto do governo que isenta da cobrança de ICMS as exportações de produtos semi-elaborados, matéria já aprovada pela Câmara dos Deputados. A informação foi transmitida sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney.

No seu entender, essa medida é "uma necessidade para a sobrevivência do Plano Real, já que uma certa defasagem cambial está reduzindo as exportações brasileiras".

Projeto enviado à Câmara amplia estágio profissional

Foi encaminhado sexta-feira à Câmara dos Deputados o projeto que amplia para os estudantes do ensino fundamental e de primeiro grau, maiores de 12 anos, o estágio em empresas privadas e órgãos de governo. A proposição, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), foi aprovada quinta-feira pelo plenário do Senado. Pela atual legislação, apenas os estudantes de universidades, de escolas profissionalizantes e de ensino especial têm direito a fazer estágios.



Júlio Campos

Conforme Campos, a mudança da lei será de grande importância para as entidades que trabalham com adolescentes, permitindo que eles sejam preparados para o ingresso no trabalho. Depois

de lembrar que o projeto cria restrições para evitar o aproveitamento inescrupuloso do trabalho de adolescentes, o senador afirmou que a sua iniciativa ajudará a evitar que jovens acabem praticando atividades ilegais por causa da falta de oportunidades de trabalho.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, ERNANDES AMORIM, WALDECK ORNELAS, JOSÉ FOGAÇA, EDISON LOBÃO E SEBASTIÃO ROCHA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal